



HAL
open science

Habitação social periférica e atmosferas urbanas negativas

Elson Pereira

► **To cite this version:**

Elson Pereira. Habitação social periférica e atmosferas urbanas negativas. 5th International Congress On Ambiances. Sensory Explorations, Ambiances in a Changing World. Lisbon's book of abstracts, Mohammed Boubezari, Universidade Lusófona, Lisbon; Cristiane Rose Duarte, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Ethel Pinheiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro; International Ambiances Network, Oct 2024, Lisbonne, Portugal. hal-04795001

HAL Id: hal-04795001

<https://hal.science/hal-04795001v1>

Submitted on 21 Nov 2024

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



5° CONGRESSO
INTERNACIONAL
SOBRE
AMBIÊNCIAS
5TH INTERNATIONAL CONGRESS ON AMBIANCES

**PERIPHERAL SOCIAL HOUSING AND NEGATIVE URBAN
ATMOSPHERES
HABITAÇÃO SOCIAL PERIFÉRICA E ATMOSFERAS URBANAS
NEGATIVAS**

Elson Manoel Pereira

Doutor, Professor Titular

Centre de Recherche sur l'Espace Sonore et l'environnement urbain (CRESSON)

Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC

Pesquisador CNPq

Prof.elson.pereira@gmail.com

PERIPHERAL SOCIAL HOUSING AND NEGATIVE URBAN ATMOSPHERES

HABITAÇÃO SOCIAL PERIFÉRICA E ATMOSFERAS URBANAS NEGATIVAS

ABSTRACT

Space is more than a stage for society; it is a support for symbols, sensations, and exchanges, produced by humans and society, which in turn produce them. Studying the post-war housing complexes in France, Lefebvre (1968) points out that the materialistic production of housing does not satisfy all anthropological needs, aligning in part with Heidegger, who sees a crisis of dwelling, not just a housing crisis. For Lefebvre, dwelling implies social participation and urbanity or positive urban ambience. The right to the city seeks to recover the city/citizenship relationship, hindered by quantitative and standardized urban actions. In Brazil, the housing complexes of the Minha Casa Minha Vida program largely replicated peripheralization, resulting in housing with negative ambiances. Between 2012 and 2015, the LabCS at the Federal University of Santa Catarina developed a methodology to evaluate these spaces in terms of urban ambience. This article presents that methodology.

KEYWORDS: social housing. ambience. urbanity. right to the city. Florianópolis

RESUMO

O espaço é mais do que um palco para a sociedade; é um suporte de símbolos, sensações e trocas, produzido pelo homem e pela sociedade, que também os produz. Ao estudar os conjuntos habitacionais construídos na França no pós-guerra, Lefebvre (1968) aponta que a produção materialista da habitação não satisfaz todas as necessidades antropológicas, alinhando-se em parte a Heidegger, que vê uma crise do habitar, não apenas habitacional. Para Lefebvre, habitar implica participação social e urbanidade ou ambiência urbana positiva. O direito à cidade busca recuperar a relação cidade/cidadania, prejudicada por ações urbanísticas quantitativas e padronizadas. No Brasil, os conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida replicaram, em grande parte, a periferização, resultando em moradias com ambiências negativas. Entre 2012 e 2015, o LabCS da Universidade Federal de Santa Catarina desenvolveu uma metodologia para avaliar esses espaços em termos de ambiência urbana. Este artigo apresenta a referida metodologia.

PALAVRAS-CHAVE: habitação social. ambiência. urbanidade. direito à cidade. Florianópolis

1. INTRODUÇÃO

Para Lefebvre (1974), o espaço não é só um suporte ou uma ferramenta de produção, mas também um suporte de símbolos, sensações, linguagem, trocas. O espaço que é produzido pelo homem e pela sociedade, também os produz. O autor francês jamais separou seus estudos sobre a cidade dos estudos sobre a vida cotidiana. Suas reflexões urbanas analisaram os grandes conjuntos habitacionais franceses do pós-guerra que resultaram, segundo ele, no direito ao habitat, mas não ao habitar. Lefebvre (1968) demonstra as limitações dessa reflexão sobre a habitação e levanta a questão do habitar. Paradoxalmente, de certa forma, ele tende a aproximar-se de alguns pontos do argumento de Martin Heidegger, segundo Hoyaux (2002). A produção puramente materialista da habitação não pode satisfazer todas as necessidades antropológicas. O problema contemporâneo, não seria uma crise habitacional. Seria mais uma crise do habitar, de não saber mais habitar, e de não saber mais construir para habitar. E seria, em última análise, uma crise do ser. Pois, de acordo com a fenomenologia

heideggeriana, a construção territorial e a constituição ontológica estão intimamente ligadas (Hoyaux, 2002). Na reflexão de Lefebvre (1968), o habitar assume uma dimensão mais social e, de certa forma, mais política. Se Heidegger, em sua reflexão, não integrava diretamente a questão do outro, pois o ser estava em busca de um lar, principalmente em confronto com o espaço, para o pensador francês, "habitar" era participar de uma vida social, de uma comunidade, vilarejo ou cidade. A vida urbana possuía, entre outras coisas, essa qualidade, esse atributo. Ela proporcionava o habitar, permitia aos cidadãos habitarem (Lefebvre, 1968). O autor define um habitar que não pode existir sem sociabilidade, até mesmo sem urbanidade. Portanto, o direito à cidade constitui, entre outras coisas, uma tentativa de recuperar a histórica relação cidade/cidadania. Essa relação foi prejudicada por ações urbanísticas predominantemente quantitativas, onde também a habitação pareceu ser monumentalizada. Isso em detrimento de lugares e construções mais comunitárias, públicas (Pinson, 1997). Os grandes conjuntos habitacionais construídos na periferia das cidades brasileiras durante a ditadura militar (1964-85), de certa forma, resultaram numa experiência semelhante à experiência francesa, desprovidos em sua maioria de urbanidade e do direito à vida urbana. Paradoxalmente, o governo democrático de Dilma Rousseff, no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, mesmo conhecendo a produção acadêmica crítica em relação à experiência do governo militar em termos habitacionais, reproduziu, em muitos casos, a periferação da habitação social e todas as suas consequências. O resultado espacial foi a construção de milhões de moradias desprovidas de ambiência urbana positiva. Entre 2012 e 2015, o laboratório Cidade e Sociedade da Universidade Federal de Santa Catarina desenvolveu uma metodologia para avaliar os espaços produzidos pelos conjuntos habitacionais do PMCMV na região metropolitana de Florianópolis, a partir do conceito de urbanidade, considerando a hipótese de que a construção de habitações no limite das áreas urbanizadas, produziram atmosferas urbanas negativas. A pesquisa procurou quantificar a urbanidade de cada conjunto habitacional a partir de indicadores, divididos em *a priori* e *a posteriori*. O estudo desses indicadores, mostrado nesse artigo, permitiu à pesquisa definir elementos que concorrerem para a boa ambiência urbana.

2. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

O O PMCMV foi o maior programa desenvolvido no Brasil, após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado durante a ditadura militar para combater o déficit habitacional brasileiro. Se o BNH nasceu num contexto de tentativa de despolitizar o debate sobre o desigual crescimento das cidades brasileiras, argumentando que os problemas habitacionais seriam mais o resultado de falta de planejamento do que de desigualdades sociais, o PMCMV nasceu num contexto democrático e após uma reflexão crítico-acadêmica que resultou no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU).

No entanto, o PMCMV também nasceu num contexto de crise econômica mundial, que precisava ser combatida internamente no Brasil. Verificou-se então, uma contradição central, e que não foi enfrentada de modo satisfatório pelo PMCMV, que decorreu do privilégio concedido ao setor privado como agente fundamental para efetivar a produção habitacional, privilegiando a economia de escala e terrenos de baixo custo, localizados na periferia das grandes cidades e deixando em segundo plano a necessidade da inserção urbana defendida pelo MNRU.

A localização dos empreendimentos, então, foi inadequada em muitos dos casos: em áreas carentes de emprego, infraestrutura e equipamentos urbanos. A instalação dos empreendimentos sem uma política de controle articulada, e aplicada na esfera municipal, acabou ainda gerando impactos negativos, como a elevação do preço da terra, que representou a transferência do subsídio do programa para a especulação imobiliária.

Esse problema foi agravado pelas diferenças existentes entre os mais de 5.500 municípios brasileiros, que vão desde grandes cidades com estrutura institucional, técnica e financeira bem consolidada, e pequenas localidades, com histórico de administrações com pouca capacidade institucional e administrativa, com práticas políticas caracterizadas pelo clientelismo.

O PMCMV representou, no entanto, importante compromisso em relação à problemática habitacional: pela primeira vez destinaram-se subsídios consideráveis, a fundo perdido, para construir habitações sociais para as faixas de renda muito baixas. Porém, os obstáculos que ele enfrentou foram enormes. O maior deles, sem dúvida, está relacionado ao acesso à terra bem localizada que se reflete em duas situações: o processo de valorização fundiária que o programa promoveu, mesmo involuntariamente, que drenou os subsídios públicos ao pagamento dessa valorização, beneficiando o proprietário da terra, e não o morador e a implementação dos empreendimentos habitacionais em áreas cada vez mais distantes, com péssima inserção urbana (Ferreira, 2012, p. 54).

Outra característica marcante do referido programa diz respeito às tipologias arquitetônicas e urbanísticas assumidas por parte majoritária dos empreendimentos, que se caracterizavam por planos urbanísticos padronizados, geralmente dissociados do ambiente e da topografia, que adotavam soluções viárias, também padronizadas e sem estruturação hierárquica, acompanhando a disposição das quadras em malha xadrez. Neste caso, não se utilizavam critérios para a integração destes empreendimentos com a cidade existente, desconsiderando aspectos essenciais, como os de continuidade, integração, intensidade e diversidade dos usos, dos fluxos diversificados, das atividades geradoras de tráfego.

3. O PMCMV NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS

Em 2012, o Laboratório Cidade e Sociedade do departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina desenvolveu uma pesquisa sobre o conjunto dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) construídos nos municípios conurbados da região metropolitana de Florianópolis¹ e buscou analisar “os atributos espaciais positivos e negativos dos empreendimentos”, oferecendo “um conjunto de indicadores que colaborassem na análise crítica dos aspectos de desenho urbanístico e arquitetônico dos projetos habitacionais, possibilitando uma melhor percepção dos impactos urbanos e sociais por eles gerados” (Pereira, 2015).

A área conurbada de Florianópolis é formada pela integração das áreas urbanas de quatro diferentes municípios: Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça.

¹ Projeto financiado pelo CNPq e Ministério das Cidades.



Figura 1: localização dos empreendimentos do PMCMV na área conurbada de Florianópolis
 Fonte: Pereira, 2015, p.33

A partir da figura 1, é possível perceber uma clara lógica de localização dos empreendimentos PMCMV, majoritariamente instalados na franja externa da mancha urbana, fortalecendo a dinâmica de urbanização desqualificada e dispersa: expansão urbana fragmentada e precária, geradora de problemas a curto, médio e longo prazo (custo de ampliação e manutenção de infraestrutura, segregação socioespacial, demanda por equipamentos e serviços públicos e privados, etc.). A periferização ocorreu através de urbanização extensiva em busca de terrenos mais baratos, distantes dos núcleos integradores da região metropolitana. Isso implicou um alto custo social, em função da necessidade de ampliação das redes de infraestrutura e serviços urbanos, do aumento do custo de vida das famílias, em decorrência da dificuldade de acesso ao transporte coletivo e das grandes distâncias a se percorrer entre a moradia e o local de trabalho. A atuação do Poder Público não foi apenas o de flexibilizar as normas e o controle urbanístico, mas foi também o da inversão dos escassos recursos públicos de financiamento habitacional, que ao contrário de estimular a produção de moradia bem localizada, como reivindicava parte importante dos movimentos sociais ligadas ao ideário do Direito à Cidade, estimulou a produção periférica de habitação popular.

O PMCMV implantado na área conurbada de Florianópolis valorizou a produção da unidade habitacional, mas ignorou grande parte de aspectos relacionados à qualidade urbana onde tais moradias estavam inseridas.

Os aspectos urbanísticos foram deixados em segundo plano e o complexo equilíbrio entre quantidade e qualidade foi pouco trabalhado. A preocupação central em redução de custos, produção em série e quantidade acabou por tornar difícil a produção de boa arquitetura, de bom urbanismo e, conseqüentemente, de boas cidades.

O espraiamento urbano, a segregação socioespacial, a consolidação de grandes vazios urbanos, a formação de bairros monofuncionais, de áreas isoladas e desarticuladas da malha urbana, sem diversidade de usos e pessoas, caracterizam boa parte das áreas que receberam empreendimentos do PMCMV. Elas denotam um padrão de produção do

espaço urbano que tem se mostrado amplamente prejudicial do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Neste sentido, a análise do PMCMV estudada evidencia a recorrência de problemas estruturantes nas políticas públicas de provisão habitacional. Muito embora tenha surgido em um momento histórico específico - tendo sido contemporâneo de novos marcos institucionais e legais que pretendiam, em tese, combater a exclusão territorial (Estatuto da Cidade; o Ministério das Cidades; Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, Planos Diretores Participativos), o PMCMV pareceu não dialogar com tais instâncias, fazendo com que sua operacionalização resultasse na valorização do que Lefebvre (1968) chama de *habitat*, em detrimento da noção de *habitar* nas novas áreas urbanas, intensamente produzidas nas periferias da área conurbada e impulsionadas pelas ações do PMCMV. Assim como em décadas anteriores, a conformação territorial resultante tem pouco cuidado com a qualidade urbana.

3. O MÉTODO E A ANÁLISE

A pesquisa buscou tornar operacional o conceito de Urbanidade, a partir da construção de um método pautado em dez diferentes indicadores. Estes indicadores tiveram o objetivo de avaliar os principais atributos espaciais dos entorno imediato dos empreendimentos construídos na área conurbada de Florianópolis. A partir da análise empírica, procurou-se verificar a forma como estes empreendimentos se articulam à cidade existente, seja potencializando novas dinâmicas urbanas e sinergias, qualificando ambiente vivido (através da oferta de melhores condições para a integração social, segurança, diversidade de usos, acessibilidade), seja incentivando um processo de degradação deste ambiente através da intensificação das dinâmicas de segregação socioespacial, de desvalorização dos espaços públicos, etc.

O objetivo final foi de, a partir da análise dos atributos espaciais do entorno imediato dos empreendimentos, oferecer um conjunto de indicadores que colaborassem na análise crítica dos aspectos de desenho urbanístico e arquitetônico dos projetos habitacionais, possibilitando uma melhor percepção dos impactos urbanos e sociais por eles gerados e colaborando no aperfeiçoamento das ações resultantes do PMCMV.

A urbanidade tem relação direta com a forma da cidade e das edificações, com o grau de homogeneização do espaço (exclusivamente residencial ou misto, por exemplo), com a acessibilidade aos espaços públicos, etc. Com base nesses pressupostos, Lévy (1999) faz uma análise do fenômeno urbano em seus aspectos espaciais e sociais (de objetos e relações), procurando reconhecer dentre a diversidade de formas adquiridas pela cidade, os elementos fundamentais que concorrem para a formação de uma maior urbanidade (que tomaremos aqui como equivalente a uma ambiência urbana positiva). Para este autor, as possibilidades de estruturação do espaço urbano são infinitas, o que implica em condições diferenciadas de urbanidade entre cidades e entre as partes de uma mesma cidade.

Panerai (1994) afirma que construir a cidade de hoje poderia significar uma vontade de reencontrar, com formas talvez diferentes, as qualidades da proximidade, da mistura, do imprevisto, proporcionadas pelo espaço público acessível a todos; atividades que se misturam, prédios que se adaptam e se transformam e vizinhanças não programadas.

Dentre as várias compreensões do conceito de urbanidade, a pesquisa se aproximou da ideia trazida por Lévy (1999), para quem as condições de urbanidade são espaciais e detectáveis, logo mensuráveis. Segundo o autor, existem duas formas de medição da urbanidade: 1) *a priori*, que privilegia aspectos morfológicos e da legislação urbana de determinado espaço - as relações entre objetos construídos e as normas urbanísticas e 2) *a posteriori*, que preocupa-se em pesquisar a percepção dos utilizadores em relação ao espaço construído. O autor afirma ser mais importante a medição da urbanidade *a priori* em detrimento da urbanidade *a posteriori*, tornando o conceito de urbanidade mais urbanístico do que sociológico.

Foram utilizadas 10 variáveis – indicadores – que buscaram dar conta de parcela importante das características de estruturação do ambiente construído. Este método ofereceu instrumentos de análise para diversos objetos espaciais, de diferentes escalas e complexidades (uma rua, um condomínio, um loteamento). Nestas variáveis foram sintetizadas diversas técnicas e estratégias disponibilizadas pelas referências no campo do estudo da urbanidade e dos atributos espaciais.

Após a realização do trabalho de campo preliminar, a pesquisa empreendeu uma revisão bibliográfica. Tendo por base os trabalhos de Lévy (1999) e Tenório (2012), foram definidos os indicadores que seriam utilizados para a medição da urbanidade *a priori*, e a forma pela qual estes atributos colaboram para uma maior ou menor urbanidade no espaço. Para tanto foi proposto um conjunto com 10 indicadores de urbanidade: 1. Usos; 2. Atividades; 3. Mobilidade; 4. Organização associativa; 5. Espaço público; 6. Equipamentos coletivos; 7. Articulação Urbana; 8. Densidade; 9. Gente e 10. Segurança.

Para cada um dos indicadores, foram definidas dimensões mensuráveis. Pela extensão deste artigo não há espaço para apresentá-los em sua totalidade, como foi feito no relatório final da pesquisa (Pereira, 2015). Aqui, como exemplo, discorreremos sobre como foi construído o indicador “Densidade”.

A densidade foi um parâmetro apreendido a partir de três sub-indicadores: 1) quantidade de unidades habitacionais existentes no interior do perímetro; 2) quantidade total de população residente no perímetro; e 3) quantidade de postos de trabalhos existentes no perímetro.

O quadro 1 apresenta uma síntese da definição, parâmetros e formas de operacionalização de cada um destes sub-indicadores.

DENSIDADES			
Sub-indicador	Definição	Parâmetro	Operacionalização
HABITAÇÃO	Número de unidades habitacionais	Quanto maior o índice, maior a urbanidade	Campo: contagem das unidades habitacionais
POPULAÇÃO	Número total de unidades habitacional x média municipal	Quanto maior o índice, maior a urbanidade	Laboratório: calcular o total de habitantes
TRABALHO	% das pessoas que afirmam trabalhar próximo da residência	Quanto maior a %, maior a urbanidade	Campo: aplicação de questionários. Laboratório: contagem

Quadro 1: Sub-indicadores e operacionalização do indicador "Densidades"

Fonte: Pereira, 2015, p. 131

Este indicador, apresentou-se como fundamental para a pesquisa, tanto em termos conceituais, já que a urbanidade tem íntima relação com os níveis de densidade

demográfica alcançados pelos lugares, tanto em termos operacionais, já que a maior parte dos demais índices teria como parâmetro a quantidade de população residente em determinada área. Para o cálculo geral deste indicador, os três sub-indicadores foram colocados em relação através do gráfico radar, exemplificado pela figura 2.

Cada sub-item, após estudo individualizado de cada empreendimento, adquiriu um valor numérico final, na escala que inicia em 0 e termina em 1,4 (valor máximo identificado), tendo sido atribuído o valor 1 para a “área de calibragem”², tomada como referência de ambiência urbana positiva. Se a área analisada apresentasse desempenho superior à área tomada como referência, seu índice deveria ser superior a 1. Se a sua performance fosse inferior a área de referência, o seu sub-índice estaria entre 0 e 1. Os índices alcançados por cada sub-indicador seriam colocados nas escalas acima elencadas, sobre as linhas que partem do centro em direção aos sub-indicadores. Através da ligação destes pontos, seria formada uma área. O índice geral do indicador “Densidade” seria resultante do cálculo desta área. Isto significa dizer que quanto maior o desempenho em cada um dos sub-indicadores, maior a área gerada e maior o índice final do indicador. A seguir é mostrado um exemplo aplicado para a área de referência a esquerda e um empreendimento específico (empreendimento Villagio Campo Bello) a direita.

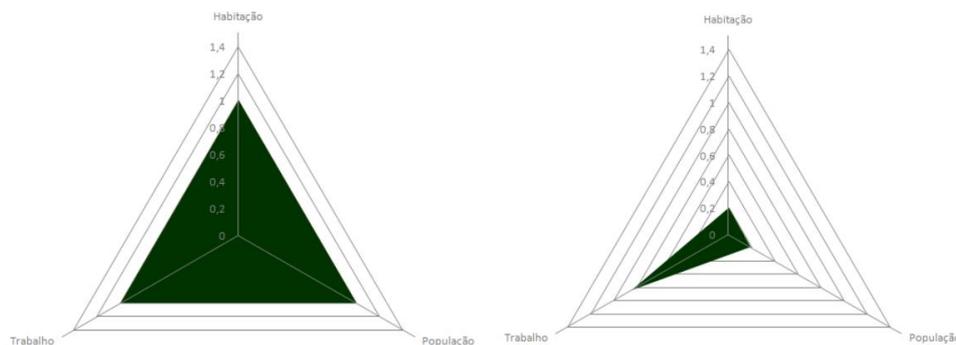


Figura 2: Gráfico Radar para o indicador "Densidade" para a área referência e empreendimento Villagio Campo Belo
Fonte: Pereira, 2015, p.178 e 201

Para a análise final da urbanidade, todos os 10 indicadores foram aplicados num único gráfico. A seguir, é apresentada a aplicação num empreendimento específico e a comparação com a área referência.

² Para a calibragem do modelo proposto, foi escolhida uma área da conurbação de Florianópolis considerada pelos pesquisadores como um referencial de boa urbanidade. Esta área recebeu o índice 1 para todos os indicadores e serviu de referência para todos os empreendimentos estudados. O ponto escolhido foi o Calçadão Central do bairro Kobrasol, situado no município de São José.

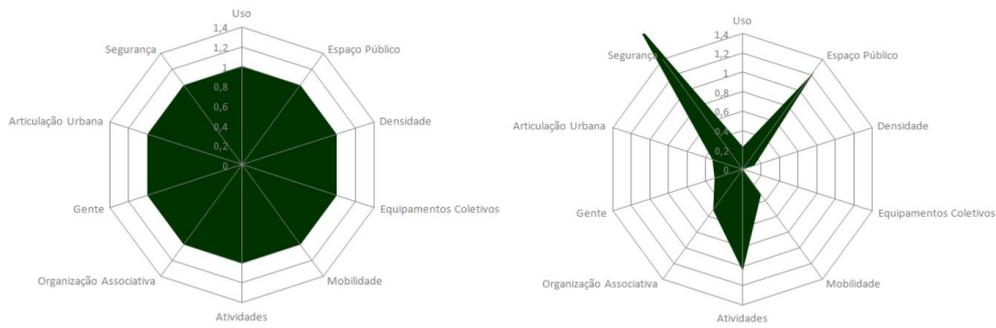


Figura 2: Gráfico Radar do índice global de urbanidade para a área referência e empreendimento Villaggio Campo Belo
Fonte: Pereira, 2015, p. 197 e 217

Ao todo foram levantados 46 empreendimentos, mas em apenas 10 foram estudados todos os indicadores, além da área referência.

A análise considerou individualmente cada empreendimento, a análise por grupos homogêneos semelhantes de urbanidade e a análise da pertinência dos indicadores produzidos.

Destacamos a análise comparativa elaborada, onde se pode observar aspectos recorrentes e específicos entre áreas e grupos de empreendimentos e propiciar uma visão de conjunto dos empreendimentos nas áreas em que estão inseridos. A figura 4, de maneira sintética, representa a medição de urbanidade nos diferentes empreendimentos comparados com a área referência (Kobrasol):

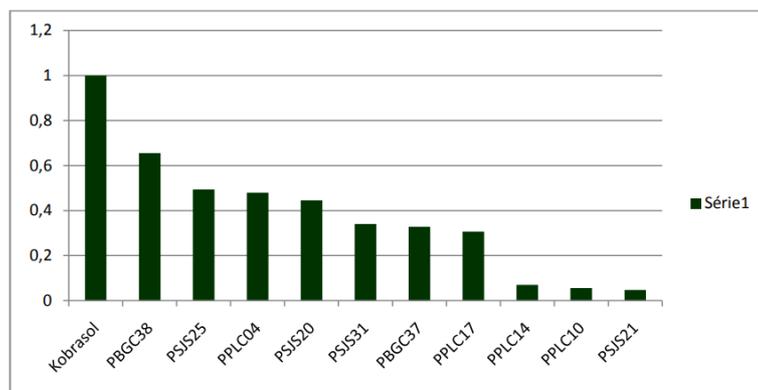


Figura 3: Índices de urbanidade dos dez empreendimentos analisados na Área Conurbada
Fonte: Pereira, 2015, p.396

Observa-se assim, a área do Bairro Kobrasol como referência para os demais; o PBGC38, destacado como um caso satisfatório que representa uma possibilidade concreta, seguido de seis empreendimentos intermediários, os quais por sua vez, apresentam índices de urbanidade intermediários e o terceiro grupo com índices de urbanidade bastante baixos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise empírica dos maiores empreendimentos habitacionais da área conurbada de Florianópolis, procurou-se verificar a forma pela qual os empreendimentos se articularam à cidade existente, seja potencializando novas dinâmicas urbanas e sinergias, qualificando o ambiente vivido (através da oferta de melhores condições para a

integração social, segurança, diversidade de usos, acessibilidade), seja criando barreiras que impedem a estruturação mais equilibrada do tecido urbano, incentivando um processo de degradação do ambiente construído e das relações sociais, através da intensificação das dinâmicas de segregação socioespacial, de desvalorização dos espaços públicos e do aumento da sensação de insegurança.

Uma análise crítica da metodologia mostrou que ela possibilitou uma leitura refinada das formas de estruturação da nova periferia urbana: os resultados indicaram uma forte heterogeneidade entre os cenários contidos nestas novas fronteiras de urbanização. O desafio de qualificar a produção do espaço periférico foi, portanto, satisfatoriamente alcançado. A investigação proporcionou a compreensão da existência de fortes diferenciações e condicionantes entre as várias áreas: a periferia se faz de forma diferente e é preciso compreender esta diversidade para possibilitar o aprimoramento das análises e instrumentos de intervenção, sobretudo naquelas vinculadas as políticas habitacionais de grande escala.

Dos dez indicadores utilizados, foi possível constatar uma boa pertinência em oito deles (Densidade, Articulação Urbana, Mobilidade, Usos, Equipamentos Coletivos, Espaços Públicos, Gente e Atividades) enquanto que, outros dois apresentaram pertinência limitada (Segurança e Organizações Associativas). Embora os indicadores “Gente” e “Atividades” sejam fortemente coerentes com as premissas adotadas pela pesquisa, eles podem ser considerados, antes, como consequência de um bom desempenho do espaço urbano e não uma condicionante à urbanidade (urbanidade *à posteriori*).

Parece-nos fortemente pertinente propor uma hierarquia entre os diferentes indicadores: “Densidade”, “Articulação Urbana” e “Mobilidade” aparecem como parâmetros fundamentais no desempenho das áreas urbanas no que tange a urbanidade e deveriam estar localizados em um primeiro escalão de importância. Já os indicadores “Espaços Públicos”, “Equipamentos Públicos” e “Usos”, embora sejam amplamente pertinentes, parecem não ter correlação tão direta com o índice global de urbanidade atingido pelas diferentes áreas analisadas.

5. BIBLIOGRAFIA

1. Lefebvre, H (1968). Le droit à la ville. Paris: Anthropos.
2. _____ (1974). La production de l'espace. Paris: Anthropos.
3. Lévy (1999). Le tournant géographique: penser l'espace pour lire le monde. Paris: Belin.
4. Hoyaux (2002). “Entre construction territoriale et constitution ontologique de l’habitant : Introduction épistémologique aux apports de la phénoménologie au concept d’habiter”. Cybergeo: European Journal of Geography, Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique.
5. Ferreira, JSW (2012). Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos.
6. Panerai, P (1994). O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. Projeto, São Paulo, n. 173, p. 78-82.

7. Pereira, EM (2015). Indicadores de urbanidade como aprimoramento do Programa Minha Casa Minha Vida. Relatório técnico-científico MCidades/CNPq/MCTI nº 11/2012. Florianópolis, Laboratório Cidade e Sociedade.
8. Pinson, D (1997). “La monumentalisation du logement : l’architecture des ZUP comme culture”. Les Annales de la recherche architecturale, p. 51-62
9. TENORIO, GS (2012). Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, Arquitetura e Vida pública. Tese de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU/UNB. 2005. 391p.